

## Garibaldi: medidas provisórias lembram os decretos da ditadura

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, cobrou ontem dos parlamentares mudança nas regras para edição e votação de medidas provisórias. Em solenidade realizada no

Palácio do Planalto para celebrar os 20 anos da Constituição, Garibaldi afirmou também que todos os dispositivos constitucionais já deveriam ter sido regulamentados. 3

## Novas demissões combatem nepotismo

Mais parentes de senadores, diretores e ocupantes de cargos de chefia são exonerados para cumprir decisão do STF

O Senado divulgou ontem nova lista de demissões e a revogação de ato da Comissão Diretora que disciplinava o cumprimento da súmula do Supremo Tribunal Federal que proibiu o nepotismo no serviço público. Também ontem, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, encaminhou mensagem eletrônica aos diretores, chefes de gabinete e detentores de cargos de chefia solicitando que informem se eles ou seus cônjuges têm parentes ocupando cargos em comissão na Casa. 6



Bernardo Cabral, Dilma, Chinaglia, Marisa Silva, Lula, Gilmar Mendes, Mauro Benevides e José Múcio ouvem Garibaldi

## Poder ao BB e à Caixa para comprar banco divide opiniões

A possibilidade de as duas instituições oficiais adquirirem ativos de bancos em dificuldades, prevista em MP, é criticada pela oposição e defendida pelo líder governista Romero Jucá. 7



Jucá assegura que o governo está aberto a mudanças na medida provisória

## Senado deve ouvir ministro na quinta

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, marcaram para a próxima quinta-feira audiência com os senadores sobre a crise econômica. Antes de comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos – que aprovou o convite –, Mantega se reunirá com os senadores na terça-feira no gabinete do presidente do Senado. 7

## Aumento de pena para seqüestro-relâmpago vai ao Plenário

Comissão de Justiça rejeita emenda da Câmara a projeto do Senado que muda o Código Penal para definir a prática do crime. 4 e 5

## Proibição de concursos aos sábados gera polêmica

Projeto em tramitação no Senado recebe críticas e elogios em audiência na Comissão de Educação. 8



Alcides Coimbra, Luiz Sérgio Steinecke, Marisa Serrano, Jerônimo Alves Ferreira, Daniel Pitangueiras e Hugo Sarubbi em audiência pública no Senado

Na terça-feira, senadores devem analisar a proposta de incriminar acusado ou indiciado que negar a verdade ou fizer afirmação falsa em CPI, processo judicial e inquérito

## Plenário discute punição para acusado que mentir em CPI

OS SENADORES PODERÃO votar em Plenário na próxima terça-feira projeto que incrimina o acusado ou indiciado que mentir ou negar a verdade em processo judicial ou administrativo, em inquérito policial, em juízo arbitral ou ainda diante de comissão parlamentar de inquérito (CPI).

De autoria da CPI Mista dos Correios, o projeto (PLS 226/06) também estende as hipóteses dos crimes de falso testemunho e falsa perícia ao processo administrativo e aos inquéritos civil e administrativo.

Aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatado por Alvaro Dias

(PSDB-PR), o projeto acrescenta dispositivos ao Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e à Lei 1.579/52, que dispõe sobre as CPIs. Para o senador, muitos acusados adotam a mentira como estratégia de defesa, até porque tal conduta não constitui crime, não está tipificada na lei.

Na justificativa da CPI dos Correios – já encerrada –, argumenta-se que a Constituição assegura o direito ao silêncio, que não importará confissão nem poderá ser interpretado em prejuízo da defesa. Essa garantia não significa, contudo, que o acusado ou indiciado possa mentir ou negar a

verdade. O objetivo dos parlamentares que participaram da CPI é impedir que o acusado ou indiciado, ao fazer afirmações falsas, comprometa a busca da verdade.

O relator argumenta também que a garantia concedida ao acusado de não dizer a verdade, corolário do direito de calar-se, não representa um salvo-conduto para que possa mentir indiscriminadamente.

– O direito de o acusado faltar à verdade restringe-se a não revelar elementos que facilitem a obtenção de provas que levem à sua condenação, até porque a

Alvaro Dias relatou na CCJ o projeto que modifica o Código Penal e a Lei das CPIs



Foto de Gerardo Magela

auto-incriminação contraria a natureza humana – esclareceu o senador.

Pelo projeto, o artigo 342 do Código Penal, que prevê pena de reclusão de um a três anos e multa para as infrações especificadas, passa a vigorar com a seguinte redação: “Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor

ou intérprete em processo judicial ou administrativo, em inquérito policial, civil ou administrativo, ou em juízo arbitral”. A proposta ainda acrescenta um parágrafo para determinar que incorre nas mesmas penas aquele que, na condição de indiciado ou acusado, fizer afirmação falsa ou negar a verdade em processo judicial, administrativo e inquérito policial civil ou administrativo.

Ao modificar o artigo 4º da Lei 1.579/52, o projeto estabelece que também constituirá crime fazer afirmação falsa ou negar a verdade como depoente, investigado ou acusado, perante CPI. O projeto fixa para essa infração a mesma pena do artigo 342 do Código Penal, ou seja, reclusão de um a três anos e multa.

## Audiência discute produção de aves e suínos

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza no próximo dia 29, a partir das 9h30, audiência pública com o objetivo de discutir a cadeia produtiva de aves e suínos no país.

A reunião atende a requerimento do presidente da comissão, Neuto de Conto (PMDB-SC). O senador considerou o debate oportuno, tendo em vista a crise enfrentada atualmente pela indústria de rações.

Também Osmar Dias (PDT-PR) manifestou apoio à realização

da audiência e se disse preocupado com o setor responsável pela produção de aves e suínos no país. Ele observou que a falta momentânea de ração no mercado pode representar “uma armadilha” para que os fornecedores aumentem os preços do produto. Para Osmar Dias, é preciso cobrar responsabilidades pela ausência de ração no mercado.

Participam da audiência pública na quarta-feira o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos do

### Compromisso

Nos trabalhos desenvolvidos pela CPI dos Correios, várias pessoas investigadas e testemunhas convidadas a depor recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando o direito de falar sem assinar o termo de compromisso de dizer a verdade sobre os fatos. Como resultado prático dessa medida, segundo argumento dos parlamentares da comissão, muitos fatos não puderam ser esclarecidos com a profundidade necessária.

Esse regime especial atualmente concedido pelo STF aos indiciados ou acusados não se verifica somente nas CPIs, mas em todos os processos administrativos ou judiciais e inquéritos de natureza penal, observaram os parlamentares.

Presidida pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), a CPI dos Correios foi criada originalmente para investigar o escândalo na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, quando uma fita de vídeo mostrou o então funcionário Maurício Marinho recebendo propina de empresários. No vídeo, Marinho dizia estar agindo com autorização do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ). Quando as investigações se voltaram para a relação entre Marinho e Jefferson, este último denunciou o esquema conhecido como mensalão.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Rubens Valentini; o assessor técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, Fabiano Coser; e o presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína, Pedro de Camargo Neto.

Estão convidados ainda o presidente da União Brasileira de Avicultura, Ariel Antônio Mendes, e o presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango, Francisco Turra.

## Heráclito questiona transferência de recursos da Previ para o BB

A decisão do Conselho de Gestão da Previdência Complementar que aprovou resolução transferindo recursos do Fundo de Pensão Previ, do Banco do Brasil (BB), para o próprio BB foi questionada por Heráclito Fortes (DEM-PI). O patrimônio da Previ, disse o senador, é de pelo menos R\$ 80 bilhões. A Resolução 26, publicada no *Diário Oficial* de 1º de outubro, determina “a reversão de valores” dos fundos aos seus patrocinadores, no caso da Previ, o Banco do Brasil.

Segundo Heráclito, o conselho, presidido pelo ministro da Previdência, José Pimentel, está “exorbitando e extrapolando suas funções” e “usurpou um poder que é do Senado e da Câmara, pois não cabe a ele agir para reverter valores ao patrocinador contrariando interesses dos participantes e dos assistidos pelos planos de benefícios”.

Tal atitude, argumentou, pode trazer insegurança ao equilíbrio do plano e colocar em xeque a subsistência dos aposentados e das entidades fechadas de previdência complementar do país.

– Temos que ter em mente que



Gerardo Magela

Heráclito critica decisão do Conselho de Gestão da Previdência Complementar

esse dinheiro não pertence aos dirigentes da Previ e muito menos ao governo. E não podemos permitir que esse patrimônio seja colocado em risco – frisou.

Heráclito informou que a Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil impetrou mandado de segurança contra o conselho. Afirmou ainda que é aceitável o uso de dinheiro público para salvar instituições bancárias, “como exceção, não como regra”.

Em aparte, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que o dinheiro obtido com a transferência de recursos da Previ será utilizado para a compra da Nossa Caixa e do Banco de Brasília (BRB).

## Mário Couto denuncia omissão em casos de prostituição infantil

Apesar das denúncias já feitas, continua havendo prostituição infantil no arquipélago do Marajó, onde crianças de 11 a 14 anos fazem do sexo uma alternativa de sobrevivência, afirmou Mário Couto (PSDB-PA).

De acordo com o senador, o bispo de Marajó, dom Luiz Azcona, relatou o problema às autoridades competentes há vários meses, procurando o governo do Pará, sem, no entanto, conseguir que nenhuma providência fosse tomada.

Com base no relato do bispo, Mário Couto acusou ainda delegados, vereadores e outras autoridades de Marajó não só de se omitirem diante da situação, mas também de participarem dos abusos contra crianças.



Leopoldo Silva

Mário Couto: há autoridades de Marajó envolvidas nos abusos

– As crianças deixam as escolas de lado e, com o apoio da família, quase sempre miserável e sem qualquer perspectiva de vida, usam o sexo para sobreviver. Há casos absurdos onde crianças de apenas 11 anos estão vivendo com homens de 50 anos – disse o senador.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não-deliberativa

O plenário realiza, às 14h, sessão não-deliberativa, destinada a pronunciamento de parlamentares. Entre os inscritos, estão os senadores Marco Maciel (DEM-PE), Demostenes Torres (DEM-GO) e Heráclito Fortes (DEM-PI).

### Garibaldi recebe o rei da Jordânia

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa, às 9h na base aérea de Brasília, da solenidade do Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira. Às 13h, comparece ao almoço no Palácio do Itamaraty que o presidente Lula oferece ao rei da Jordânia, Abdullah, e à rainha; Às 14h40, recebe o rei no Salão Nobre da Casa – acompanhado do senador Heráclito Fortes e de integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes. Às 16h, preside a sessão do Senado.



Gerardo Maggela

Maldaner agradece apoio de colegas e servidores

## Maldaner despede-se do Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) despediu-se ontem do Senado depois de quatro meses ocupando a vaga do senador licenciado Raimundo Colombo (DEM-SC), do qual é 1º suplente. Maldaner fez um balanço desse período e agradeceu o apoio dos senadores e dos servidores.

Maldaner agradeceu especialmente aos servidores de seu gabinete, à Secretaria Geral da Mesa, à Consultoria Legislativa, à Biblioteca do Senado e aos meios de comunicação da Casa: Agência Senado, TV Senado, Rádio Senado e **Jornal do Senado**.

– Hoje, mais do que nunca, um senador fala para milhões de brasileiros ao mesmo tempo e tem a oportunidade de mostrar à sociedade e aos seus eleitores o que representa o seu mandato, a sua ação política e o que significa a instituição para o fortalecimento da democracia – disse.

## Projetos

O senador mencionou os projetos que apresentou nesse período, como o PLS 380/08, que restabelece a exclusão de algumas receitas da base de cálculo da contribuição previdenciária do produtor rural, com o objetivo de evitar a bitributação na venda de animais vivos e de material genético. Citou também o PLS 388/08, que Institui a Contribuição Social para a Defesa Civil (CSDEC).

Em apartes, Gilberto Goellner (DEM-MT), Mesquita Júnior (PMDB-AC), Heráclito Fortes (DEM-PI), João Pedro (PT-AM), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) elogiaram a trajetória política de Maldaner.

Utilização excessiva de medidas provisórias pelo governo federal recebe críticas do presidente do Senado em solenidade no Palácio do Planalto que celebrou os 20 anos da Constituição

# Garibaldi diz que MPs lembram os decretos-leis da ditadura

EM SOLENIDADE REALIZADA pelo Palácio do Planalto para celebrar os 20 anos da Constituição, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, voltou a criticar o excesso de medidas provisórias (MPs) com que se governa o Brasil, sustentando que esse instrumento legislativo não difere muito do decreto-lei utilizado pela ditadura. O senador cobrou dos parlamentares a modificação do texto constitucional sobre as MPs.

Com a presença do deputado Mauro Benevides, vice-presidente da Assembléia Nacional Constituinte, do ex-deputado Bernardo Cabral, relator da Constituição, e de vários parlamentares que participaram da

elaboração da Carta, a solenidade foi marcada por homenagens a Ulysses Guimarães, que presidiu a Constituinte. O deputado morreu em 1992.

Em seu discurso, o presidente do Senado fez uma autocrítica dizendo que, há muito tempo, a Constituição já deveria estar com todos os seus dispositivos regulamentados, sobretudo os relacionados à vida econômica e social do país. Na opinião de Garibaldi Alves, se o Brasil deseja que a carta constitucional se perenize, os representantes do povo têm o dever de trabalhar por sua integral regulamentação.

– Eu não vou cometer a indelicadeza de cobrar nada do presidente da República no que diz respeito às medidas provisórias. Mas creio que as MPs não têm nenhuma diferença, pelo menos em seus efeitos, dos chamados decretos-leis da ditadura. E, hoje, em vez de cobrar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vou cobrar do Congresso. Cabe a nós, parlamentares, modificar o atual texto que diz respeito às medidas provisórias – disse o senador.

Segundo Garibaldi, é inconcebível que, de 120 sessões deliberativas havidas no ano passado, os senadores não tenham deliberado em 68 delas, em razão de a pauta ter estado trancada por medidas provisórias.

– Segundo Garibaldi, é inconcebível que, de 120 sessões deliberativas havidas no ano passado, os senadores não tenham deliberado em 68 delas, em razão de a pauta ter estado trancada por medidas provisórias.



Jone Araújo

Garibaldi Alves (E) adverte que trancamento da pauta por MPs impede senadores de votar projetos



Jone Araújo

Entre Chinaglia (E) e Garibaldi, Lula afirma que país vive mais longo período de democracia

## Lula: grupo trabalha para regulamentar Constituição

Em resposta a discurso em que o presidente do Senado, Garibaldi Alves, criticou o excesso de dispositivos constitucionais à espera de regulamentação, o presidente Lula afirmou que já está em funcionamento, na Câmara dos Deputados, comissão especial destinada a suprir esse vácuo legislativo.

– Atendendo a um apelo de Garibaldi Alves, já funciona na Câmara uma comissão presidida pelo deputado Michel Temer para a regulamentação dos artigos da Constituição ainda não regulamentados. Nunca um governo atendeu tão rapidamente a um apelo do presidente do Senado, obviamente com a concordância do Arlindo Chinaglia [presidente da Câmara], que, na verdade, foi quem montou a comissão – disse, brincando, o

presidente da República.

Em seu discurso, Lula dirigiu-se aos mais jovens para dizer que foi imenso o prazer que teve de participar da Assembléia Nacional Constituinte, da campanha pelas eleições diretas que a antecedeu e de todos os movimentos sociais que se fizeram representar no Legislativo para fazer uma Constituição capaz de resgatar o país de históricas injustiças sociais.

O povo estava num desejo extraordinário de conquistar novas coisas depois de perdermos a campanha pelas eleições diretas. Quem viveu aquele momento viveu, quem não viveu, vai ter que esperar para viver.

De acordo com Lula, o Brasil tem hoje o mais longo período de democracia contínua jamais vivido em sua

história e isso não é pouca coisa. Em sua opinião, talvez um jovem não dê valor a esse fato, mas quem viveu o autoritarismo no Brasil sabe o quanto é bom ter uma Constituição e ter instituições que garantam igualdade para todos. Sempre bem-humorado, Lula também afirmou que nunca quis ser deputado. O único mandato legislativo que desejou foi o de constituinte.

– Quando acabou, fui embora, talvez com outras pretensões.

Lula também elogiou o papel desempenhado pelo então presidente José Sarney durante os trabalhos da Constituinte. Afirmou que sua contribuição foi valiosa para o país, porque, se naquele momento o governo tivesse se posicionado contra o trabalho da Constituinte, esta correria o risco de malograr.



Gerardo Maggela

Valter Pereira reconhece avanços na Constituição

## Valter Pereira quer mudar regras de MPs

Ao parabenizar o presidente Lula pela realização da cerimônia de comemoração dos 20 anos da Constituição, Valter Pereira (PMDB-MS) alertou para a necessidade de alteração nas regras de tramitação de medidas provisórias.

Mesmo reconhecendo importantes avanços trazidos pela chamada Constituição Cidadã, como a fixação dos direitos à saúde e educação, tornados fundamentais, Valter Pereira considerou um retrocesso a introdução do instrumento das MPs, sucedâneo superficialmente melhorado, em sua opinião, dos decretos-leis da ditadura militar.

Em aparte, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, elogiou o pronunciamento de Valter Pereira.

## Medidas passam a trancar pauta

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, leu ontem ofícios da Câmara dos Deputados enviando ao Senado novas MPs e projetos de lei de conversão (PLVs), que passam, imediatamente, a trancar a pauta de votações do Plenário do Senado.

A MP 435/08 dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007; o PLV 25/08 (proveniente da MP 436/08), sobre a incidência do IPI e a contribuição para o PIS/Pasep e Cofins; o PLV 26/08 (proveniente da MP 438/08), sobre medidas tributárias aplicáveis a doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas; e a MP 439/08 dispõe sobre fonte de recursos adicionais para ampliação de limites operacionais do BNDES.





Para Renan Calheiros, chegou o momento de transição em programa

## Renan lembra os cinco anos do Bolsa Família

Renan Calheiros (PMDB-AL) registrou a passagem do quinto ano de criação do Bolsa Família, matéria da qual foi o relator no Senado. Embora reconheça que o programa "é um enorme sucesso", observou que chegou o momento "da transição do modelo de dar o peixe para o de ensinar a pescar".

O senador lembrou que o programa reúne outras quatro ações sociais: o Bolsa-Escola, o Cartão-Alimentação, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás. Renan disse que 11 milhões de famílias são beneficiadas com o repasse mensal de R\$ 700 milhões.

## Exedito aguarda solução para servidores de RO

Exedito Júnior (PR-RO) anunciou que o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, comprometeu-se a buscar um entendimento com os líderes daquela Casa para colocar em votação, ainda neste ano, a proposta de emenda à Constituição que determina a transposição dos servidores do extinto território de Rondônia para a União.

De autoria de Fátima Cleide (PT-RO), a PEC 87/03 tramita na Câmara desde 2005. Os servidores transpostos deverão constituir quadro em extinção da administração federal, mas continuarão prestando serviços ao estado de Rondônia.



Estamos resgatando os direitos dos servidores, afirma Exedito Júnior

Agaciel pede aos diretores do Senado que informem se têm parentes até 3º grau ocupando cargo em comissão na Casa. Objetivo é cumprir determinação do STF contra o nepotismo

# Mais parentes de senadores e servidores são exonerados

O SENADO DIVULGOU ontem nova lista de demissões de funcionários que são parentes de senadores, diretores e outros servidores que ocupam cargos de chefia. Novas dispensas e exonerações deverão ser publicadas hoje, e a intenção é que estas sejam as últimas medidas para adequar a Casa às determinações da súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) que proíbe o nepotismo no serviço público.

Também foi publicada ontem a revogação da decisão da Comissão Diretora que disciplinava o cumprimento da súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu o nepotismo no serviço público. A revogação foi anunciada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, depois que ela foi contestada pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, na Reclamação 6.838, protocolada no STF. Essa reclamação acarretou a dispensa de Alberto Cascais da função de advogado-geral do Senado.

Garibaldi afirmou que afastou Cascais por ele ter utilizado outras normas para interpretar a súmula do Supremo, que proibiu o nepotismo. O presidente relatou que havia pedido a elaboração de normas

que facilitassem o cumprimento da súmula.

– Meu entendimento é que ele [Cascais] não agiu de má-fé. Eu pensei que ele estava fazendo de acordo com a súmula e ele depois disse que tinha derivado para outras normas. Ele foi interpretar o pensamento do STF. Eu estava esperando que ele fizesse um conjunto de normas para facilitar o cumprimento da súmula do Supremo. Não adianta querer enfrentar o Supremo em matéria de legalidade e constitucionalidade.

Em resposta a um repórter que perguntou se "é o fim da grande família no Senado", Garibaldi respondeu:

– Olha, eu não diria assim, mas

é o fim de uma época de muita permissividade no Senado.

### Levantamento

Também ontem, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, encaminhou mensagem aos diretores, chefes de gabinete e servidores com cargos de chefia solicitando que informem se eles ou seus cônjuges têm parentes até terceiro grau ocupando cargo em comissão na Casa, independentemente da data de nomeação. Foram questionados também sobre parentes em função comissionada sob sua chefia, mesmo se servidores de carreira. O quadro abaixo explica os tipos de parentesco enquadrados na reclamação do procurador-geral.

#### PARENTES NA LINHA RETA

Grau	Consangüinidade	Afinidade
1º grau	pais/filhos da autoridade	sogros/enteados da autoridade
2º grau	avós/netos da autoridade	avós/netos do cônjuge ou companheiro da autoridade
3º grau	bisavós/bisnetos da autoridade	bisavós/bisnetos do cônjuge ou companheiro da autoridade

#### PARENTES NA LINHA COLATERAL

Grau	Consangüinidade	Afinidade
1º grau	–	–
2º grau	irmãos da autoridade	cunhados da autoridade
3º grau	tios/sobrinhos da autoridade	tios/sobrinhos do cônjuge ou companheiro da autoridade

## Associação Nacional de Jornais vai a Garibaldi



Paulo Lima

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu na tarde de ontem integrantes da diretoria da Associação Nacional de Jornais (ANJ), liderados por sua presidente, Maria Judith, superintendente da *Folha de S. Paulo*. No encontro, Garibaldi reafirmou sua defesa da liberdade de imprensa. Estiveram presentes ao encontro os diretores da ANJ Antonio Athayde e Paulo Tonet Camargo, além do assessor de Relações Governamentais da entidade, Júlio César Vinha.

## Marconi apóia mudança de nome do álcool etílico

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), Marconi Perillo (PSDB-GO), recebeu o presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, com quem concordou sobre a possibilidade de alterar o nome do álcool etílico para etanol. Os dois termos têm o mesmo significado, mas, segundo o presidente da ANP, a mudança é necessária.

– A palavra álcool é uma denominação generalizada (há vários tipos de álcool) e o etanol é um produto específico, de maior valor comercial – disse Haroldo.

## Comissões receberão emendas ao Orçamento

As comissões do Senado começam a receber na quarta-feira, a partir das 9h, emendas ao projeto do Orçamento para 2009. As propostas de alterações deverão ser enviadas pelo sistema de emendas até as 18h de sexta-feira.

De acordo com o relatório de Delcídio Amaral (PT-MS), as emendas de comissão, bem como as individuais e de bancada, deverão identificar o nome, o CNPJ e o endereço das entidades beneficiadas, além do nome e o CPF dos responsáveis pela sua direção.



Genalbo Magalhães

Rosalba: defesa da mulher foi tema de destaque em Genebra

## Rosalba relata sobre reuniões da ONU e UIP

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) comunicou ter participado, entre 13 e 15 de outubro, de reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) e da 119ª Conferência da União Interparlamentar (UIP), ambas realizadas em Genebra (Suíça).

A senadora disse que foram destaques em Genebra as discussões sobre as legislações mundiais de combate à violência contra as mulheres e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979), ratificada pelo Brasil em 1984.

### Maria da Penha

Para Rosalba, o Brasil já avançou nesse setor, por exemplo, com a vigência da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).

– Tive a oportunidade nesse seminário de, representando o nosso país, mostrar os nossos avanços na questão do trabalho, na luta por igualdade da presença da mulher na política e também na luta de proteção à mulher contra a violência – disse.

A senadora afirmou ter considerado importante apresentar as mudanças que ocorreram na legislação brasileira e apontou a Lei Maria da Penha como um marco na luta pela não-aceitação do tratamento desigual ou violento contra a mulher. Ela destacou que os avanços obtidos pelo Brasil tiveram "uma repercussão importante" na reunião.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Casildo Maldaner • Mão Santa • Demostenes Torres

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli  
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais  
**Tratamento de imagem:** Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Ministro da Fazenda e presidente do BC debaterão com senadores medidas adotadas pelo governo para amenizar impactos da crise financeira

# Mantega e Meirelles comparecem dia 30 à CAE

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) realiza no dia 30 deste mês audiência pública com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Os senadores esperam que eles expliquem as conseqüências da crise financeira internacional

na economia brasileira e exponham as medidas que o governo está tomando para minorar esses efeitos.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, informou em Plenário que Mantega visitará seu gabinete na terça-feira – antes, portanto, da reunião na

CAE – e que os parlamentares poderão, se assim o desejarem, participar do encontro.

A audiência, que estava marcada para ontem, foi adiada pela segunda vez. Em decorrência disso, Garibaldi Alves, com o apoio de vários senadores, afirmou na terça-feira que, se o ministro e

o presidente do Banco Central não marcassem ainda ontem uma nova data, eles seriam convocados pelo Senado, o que os obrigaria a comparecer.

O governo já editou duas medidas provisórias para tentar conter o impacto da crise. A primeira delas, a MP 442/08, publi-

cada no dia 6 de outubro, facilita a atuação do Banco Central no socorro a instituições financeiras. A outra, a MP 443/08, editada no dia 21, autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil.

## Aquisições pelo Banco do Brasil e Caixa

A Medida Provisória 443/08 autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias integrais ou controladas e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil. Permite também que adquiram, além de instituições financeiras públicas e privadas, empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e as demais previstas na Lei 4.595/64, que criou o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para assumirem as empresas e instituições, o BB e a Caixa poderão contratar empresas avaliadoras especializadas, mediante procedimento de consulta simplificada de preços, observada sempre a compatibilidade de preços com o mercado. No caso de adquirirem participação em instituições financeiras públicas, fica dispensado o procedimento de licitação para o BB e para a Caixa. A realização desses negócios poderá ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário, bem como qualquer outra forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas na legislação.

A MP também autoriza a criação da empresa Caixa – Banco de Investimentos S.A., sociedade por ações e subsidiária integral da Caixa, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, participações e demais operações previstas na legislação. E o Banco Central fica autorizado a realizar operações de swap de moedas com bancos centrais de outros países, nos limites e condições fixados pelo CMN.

## Jucá: não há razão para oposição se sentir desrespeitada

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou não haver razão para a oposição se sentir desrespeitada com a edição da MP 443/08.

– Não há nenhum desrespeito e nenhuma falta de responsabilidade do governo em editar uma medida provisória que visa dar instrumentos ao sistema financeiro público, dando dotações, dando procedimentos para que a área financeira possa atuar na aquisição de bancos privados ou entidades financeiras. E, de outro lado, o governo também ganha instrumentos

para investir mais por meio da Caixa Econômica – observou.

O senador assinalou que não se trata de ajuda a instituição financeira, mas, sim, de tomar medidas que já vinham sendo estudadas, com a possibilidade de a Caixa e o Banco do Brasil se associarem, inclusive, a empreendimentos de investimento.

Para o líder, não havia a necessidade de o governo debater antes com a oposição, por serem as MPs sujeitas a emendas e a discussão. “Vamos receber colaborações tanto da base

do governo quanto da oposição. Se forem emendas que venham a melhorar e aprimorar o projeto, iremos votar favoravelmente”, frisou.

Quanto à oposição recorrer à Procuradoria Geral da República para pedir o acompanhamento do processo pelo Ministério Público, Jucá disse que “o governo não está fazendo nada escondido”.

– O governo baixou duas MPs, está atuando com responsabilidade fiscal e é bom que toda a sociedade, de modo transparente, acompanhe.



Gerardo Magela

## Mesquita Júnior: desatenção com áreas relevantes

Ao se solidarizar com os bancários em greve, considerando legítimo o direito de a categoria reivindicar a recomposição de perdas salariais, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticou a edição de MP para socorrer bancos em dificuldades.

O senador considerou tratamento desigual o fato de o governo federal usar reservas internacionais do país para ajudar instituições à beira da falência e não demonstrar a mesma preocupação com setores mais importantes para a população, como, por exemplo, a saúde, a educação e a segurança pública.



Gerardo Magela

## César Borges pede um esforço suprapartidário

Apesar de o Brasil ter sólidos fundamentos macroeconômicos, o país não pode subestimar os efeitos da crise financeira mundial, avaliou César Borges (PR-BA), ao conclamar os parlamentares a um esforço suprapartidário para ajudar a nação a enfrentar as turbulências do que pode ser a “maior crise do capitalismo moderno”.

Para o senador, as medidas já tomadas pelo governo foram bem dirigidas e até corajosas, como a redução do compulsório, os leilões de dólares promovidos pelo Banco Central e a participação ativa das instituições financeiras oficiais.



Moreira Matiz

## Agripino: países buscam saída via entendimento

José Agripino (DEM-RN) criticou o fato de Guido Mantega e Henrique Meirelles não terem mencionado, no debate na Câmara terça-feira, a edição da MP que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa a comprarem ativos de bancos em dificuldades.

O senador lembrou que os demais países estão buscando a saída para a crise financeira via entendimento entre os Poderes Executivo e o Legislativo. Agripino indagou por que o Executivo brasileiro tenta “empurrar goela abaixo” as medidas anticrise e conclamou o governo ao debate com o Parlamento.



Gerardo Magela

## Antonio Carlos Júnior: “Crise é séria e severa”

Todos esperam por uma estabilidade nos mercados que não chega, afirmou Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Segundo o senador, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, informou que os oito primeiros dias úteis de outubro já apresentaram uma queda de 13% no volume de crédito. ACM Júnior disse que a Medida Provisória 443/08 precisa ser mais bem explicada. Para ele, “a MP parece abrir portas a estatizações e contradiz o ministro da Fazenda, que afirmou que as instituições financeiras no Brasil não correm riscos”.



Gerardo Magela

## Para Flexa Ribeiro, faltaram reformas estruturais

O “maior erro histórico” cometido pelo presidente Lula, na opinião de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi não ter feito as reformas estruturais quando a conjuntura era favorável. Segundo o senador, essas mudanças, notadamente na área econômica, não foram efetivadas por “falta de visão estratégica” ou por mero comodismo.

Para Flexa Ribeiro, se realizadas no tempo certo, as reformas “amenizariam o impacto do choque” da crise internacional. Ele classificou as medidas do governo em resposta à crise como “vários embrulhos que, no final, virarão um pacote”.



Gerardo Magela

## Mão Santa condena “gastança do governo”

No atual momento da política, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, tem garantido a harmonia entre os três Poderes, afirmou Mão Santa (PMDB-PI). O senador sugeriu que o presidente Lula aprenda com quem tem a experiência de ter sido prefeito e governador, como muitos senadores. “Eu nunca vi se gastar tanto”, disse.

Mão Santa afirmou ter advertido que ocorria pagamento excessivo de impostos pelo povo enquanto os banqueiros lucravam, e que o governo dizia que a crise não chegaria ao Brasil. “A crise aqui [no Brasil] está pior, porque não houve estudo.”

## Prioridade às duas MPs anticrise

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou na tarde de ontem à imprensa que pretende dar prioridade à tramitação das medidas provisórias assinadas pelo presidente da República para atenuar a crise financeira. Crítico do uso exagerado do instituto da MP, Garibaldi ponderou que, “neste caso, elas se justificam, dada a urgência do assunto”. Ele disse que só não tratará as MPs com prioridade se ficar constatado que não apresentam o caminho mais recomendável para controlar a crise.

– O que estamos vendo é que o governo tem adotado o receituário passado no mundo inteiro para conter a crise.

## Cautela

Informado por jornalistas que parlamentares oposicionistas já haviam criticado a segunda MP destinada a conter os efeitos da crise, o presidente do Senado foi questionado se recomendaria cautela aos críticos.

– A oposição precisa se mostrar ativa, ativa e vigilante. Mas precisa ter uma certa cautela. A crise é maior que nossas diferenças partidárias e isso precisa ser entendido.

Ao informar sobre o comparecimento do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, no dia 30 à CAE, Garibaldi disse que as duas autoridades explicaram ao presidente da comissão, Aloizio Mercadante (PT-SP), que não poderiam estar presentes na próxima quarta (29), devido à reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

## Paim critica adiamento do exame de projeto que cria o Fundep

Paulo Paim (PT-RS) lamentou em Plenário o adiamento da votação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da proposta de emenda constitucional de sua iniciativa que cria o Fundo de Desenvolvimento de Educação Profissional (Fundep). A matéria não foi votada em razão de pedido de vista do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que solicitou mais tempo para analisar o parecer de Demostenes Torres (DEM-GO).

No mesmo discurso, Paim manifestou apoio à greve dos bancários, que, entre outras reivindicações, pedem aumento real de salários, valorização do piso e ampliação da participação nos lucros e resultados.

O senador comentou também abaixo-assinado sob o título "O Pré-Sal é Nosso", da Federação Única dos Petroleiros, que ela-



Movimento grevista dos bancários no país recebe o apoio de Paulo Paim

borou projeto de iniciativa popular visando à consolidação do monopólio estatal do petróleo e à reestatização da Petrobras.

Paim elogiou ainda o Projeto de Educação Tecnológica – Introdução à Robótica, desenvolvido na Escola Municipal Presidente João Belchior Marques Goulart, no bairro Sarandi, em Porto Alegre.

informou a senadora, é buscar meios para superar as deficiências do setor educacional, criando um sistema nacional articulado, "dentro de uma visão sistêmica de educação".

O evento será realizado entre os dias 23 e 27 de abril de 2010, em Brasília. Antes, explicou Fátima Cleide, serão realizadas em 2009 as conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal.

A senadora também manifestou solidariedade a Paulo Paim (PT-RS) pela luta em defesa dos aposentados. Há duas propostas do parlamentar aguardando decisão da Câmara: o PLS 296/03, que extingue o fator previdenciário, e o PLS 58/03, que trata da atualização das aposentadorias e pensões.

Fátima Cleide ainda se solidarizou com os bancários. "É necessário que os banqueiros abram mão de parte dos seus lucros para socializar com quem faz o atendimento ao público", afirmou.



Fátima Cleide integra, junto com Cristovam, comissão organizadora

## Conferência vai debater saídas para a educação

Fátima Cleide (PT-RO) registrou a instalação, terça-feira, da comissão organizadora da Conferência Nacional de Educação. Ela e o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) representam o Senado na comissão, composta ainda por representantes de órgãos de governo e entidades que atuam no setor.

O objetivo da conferência,

## João Pedro pede compromisso dos prefeitos com a educação

Ao analisar os resultados da pesquisa que mediu a qualidade das escolas nos municípios brasileiros – o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) –, o senador João Pedro (PT-AM) fez um apelo aos prefeitos recém-eleitos para que assumam um compromisso com a qualidade da educação fundamental.

– A gestão ruim da educação está na primeira página dos jornais. Espero que os novos prefeitos possam assumir para valer um compromisso com a educação em seus respectivos municípios – afirmou.

O senador colocou-se à disposição dos prefeitos cujos municípios obtiveram notas abaixo de 2 no Ideb. Assinalando que a média nacional é 4,2, João Pedro revoltou-se com a classificação de quatro municípios amazonenses, que



Não há saída para o país que não seja o ensino fundamental, diz João Pedro

receberam "notas vermelhas". Não há saída para o Brasil que não seja o caminho da educação fundamental, disse.

Casildo Maldaner (PMDB-SC), em aparte, defendeu a busca da melhoria da qualidade do ensino, de modo que as escolas dos locais mais distantes do país tenham a mesma qualidade daquelas dos centros maiores.

Projeto tem apoio das igrejas Adventista e Universal e da Confederação Israelita do Brasil. Associação Nacional Católica aponta dificuldades para implementar medida

## Proibição de concursos aos sábados divide opiniões

O PROJETO DE lei (PLS 261/04) que proíbe a realização de vestibulares e concursos públicos aos sábados dividiu os convidados de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Defensores da proposta, da então senadora Ana Júlia Carepa, recordaram o princípio da liberdade religiosa. Os contrários ressaltaram dificuldades práticas para implantar a proibição.

O principal defensor do projeto foi o assessor jurídico da Igreja Adventista do Sétimo Dia, Alcides Coimbra. Ele recordou a existência, na Constituição, do princípio da objeção de consciência. E citou como exemplo a prestação, já regulamentada, de atividades alternativas ao serviço militar obrigatório por aqueles que se recusam a cumpri-lo por questão de consciência.

Coimbra disse não concordar apenas com a proibição da realização aos sábados de vestibulares e concursos. Em sua opinião, deveria se estabelecer uma solução alternativa.

O diretor-executivo da Confederação Israelita do Brasil, Luiz Sérgio Steinecke, lembrou que os judeus – especialmente os "mais observantes" – não poderiam exercer nenhum tipo de trabalho aos sábados. Mesmo assim, muitas vezes precisam frequentar aulas nesse dia. Ele considerou o projeto "interessante", mas afirmou ser contrário a regras muito rígidas, como o horário estabelecido na proposta para a proibição da realização dos exames.

O projeto foi elogiado pelo presidente do Sistema Universal de Comunicações e Relações Institucionais da Igreja Universal do Reino de Deus, Jerônimo Alves Ferreira.

– Nosso país tem avançado e respeitado a pluralidade religiosa – salientou Ferreira.

Após observar que o vestibular é o principal processo seletivo para o acesso às universidades, o assessor jurídico da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, Daniel Pitangueiras Avelino, disse já existir um parecer do Conselho Federal da Educação que isenta de amparo legal o abono de falta a candidatos que se ausentem de exames por convicção religiosa.

Por sua vez, o advogado Hugo Sarubbi, da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil, ponderou que existem dificuldades para colocar em prática a proibição prevista no projeto. Ele questionou como se poderia permitir que um grupo de candidatos faça o mesmo exame que os demais candidatos em data diferente.



Alcides Coimbra, Luiz Sérgio Steinecke, Marisa Serrano, Jerônimo Alves Ferreira, Daniel Pitangueiras Avelino e Hugo Sarubbi

## Proposta é um desafio, afirma Fátima Cleide

A senadora Fátima Cleide (PT-RO), relatora do projeto que propõe a proibição de vestibular e de concursos públicos aos sábados, conside-

rou a proposta um desafio, por exigir a compatibilização do Estado laico com a liberdade religiosa. Ela afirmou que, antes de elaborar seu relatório sobre o projeto (PLS 261/04), consultará as notas taquigráficas da discussão realizada ontem pela comissão.

– Muçulmanos guardam as sextas-feiras, judeus e [alguns grupos] evangélicos guardam os sábados, católicos guardam os domingos. Assim, é um desafio assegurar o direito de cada um – declarou a senadora, ao agradecer a participação dos debatedores.

Fátima Cleide explicou que está preocupada principalmente com os que trabalham todos os dias da semana, exceto sábados e domingos, e querem participar dos vestibulares e concursos públicos. Ela disse ser necessário também pensar na garantia do sigilo dos concursos públicos.

Por sua vez, o senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE), que é evangélico, elogiou a prudência de Fátima Cleide em propor o debate antes da apresentação do relatório.

– Estamos pensando na sexta-feira, no sábado e no domingo, mas a questão vai além disso – declarou Virgínio de Carvalho, observando que há muitos feriados "em torno de um mesmo segmento".

Quanto à preocupação da relatora com os que trabalham de segunda a sexta-feira, o senador disse acreditar que o direito do trabalhador de fazer concurso público ou vestibular, mesmo se a prova for realizada em dia útil, deverá contar com a boa vontade dos empregadores no comércio e na indústria.

Na presidência da reunião, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) salientou que o projeto toca numa questão muito complexa e apresenta equação difícil, cuja solução é papel dos legisladores encontrar.

## Medida reduzirá demandas judiciais, diz autora do projeto

O projeto de lei da então senadora e atual governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, propõe que seja proibida a realização, aos sábados, de provas de concursos públicos, disciplinas curriculares e exames vestibulares promovidos pela administração pública direta e indireta, autárquica e fundacional.

Na justificativa da proposta (PLS 261/04), Ana Júlia afirma que o objetivo é permitir que adventistas do Sétimo Dia e seguidores de outras religiões possam prestar vestibulares, concursos públicos e provas respeitando suas crenças, "que determinam a guarda do sábado".

Segundo a autora, o projeto também contribuirá para diminuir a demanda judicial, tendo em vista que sucessivos mandados de segurança vêm sendo impetrados em todo o país, visando garantir direitos individuais de fiéis que se candidatam aos concursos e se sentem lesados pela realização de provas aos sábados.

Para Ana Júlia, o princípio constitucional que confere ao cidadão o direito à liberdade de crença não pode permitir que aqueles que professam sua fé sejam violados em sua consciência religiosa.

A matéria, em discussão na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), também será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa.